

Deputados deixam comissões às moscas

Em pouco mais de um ano de mandato dos deputados, 18 vagas nas comissões permanentes da Assembleia estão sem ocupantes. A vacância vem ocorrendo desde o ano passado e atinge tanto os postos de membros suplentes quanto de efetivos.

Das 14 comissões permanentes que existem na Assembleia para analisar projetos de lei e apresentar pareceres ao plenário, apenas três estão totalmente completas: Segurança, Saúde e Direito do Consumidor.

Até as comissões mais disputadas da Casa de Leis estão com cadeiras sem ocupantes. É o caso da vaga na Comissão de Constitucionalidade e Justiça que foi aberta após o democrata Theodorico Ferraço virar presidente do Legislativo, no último mês.

Na Comissão de Finanças, da qual a disputa também é acirrada, há uma vaga que até então era ocupada por Wanildo Sarnágia (PTdoB), que perdeu o mandato após recontagem de votos por determinação judicial.

Em outros casos, os próprios deputados decidiram deixar uma comissão, como aconteceu com Lúcia Dornellas (PT) e Solange

Lube (PMDB), de Educação. Também há aqueles que pedem para mudar, como Henrique Vargas que saiu da Cidadania e foi para Agricultura.

Tentando solucionar parte do problema, a liderança do governo já tem estudado quem poderá ocupar os postos. “Até terça-feira já tenho uma definição sobre cada Comissão”, explicou o líder do governo na Casa, o deputado estadual Sérgio Borges (PMDB).

AS COMISSÕES

18 vagas abertas

- > **CIÊNCIA E TECNOLOGIA:** uma vaga de efetivo
- > **CIDADANIA:** uma vaga de efetivo e uma de suplente
- > **TURISMO:** uma vaga de suplente
- > **JUSTIÇA:** uma vaga de efetivo e uma vaga de suplente
- > **FINANÇAS:** uma vaga de efetivo
- > **CULTURA:** duas vagas de efetivos
- > **EDUCAÇÃO:** duas vagas de efetivos
- > **AGRICULTURA:** duas de suplente
- > **MEIO AMBIENTE:** uma vaga de efetivo
- > **INFRAESTRUTURA:** uma vaga efetiva
- > **ANTIDROGAS:** duas de efetivos e uma de suplente

SÉRGIO BORGES tem estudado quem poderá ocupar os postos. “Até terça-feira já tenho uma definição sobre cada comissão”



JULIA TERAYAMA - 02/02/2012

Novatos vão ganhar emendas de 500 mil

Os deputados estaduais que assumiram mandato este ano – Aparecida Denadai (PDT) e Esmael Almeida (PDT) – terão direito a indicar R\$ 500 mil em emendas ao Orçamento.

A informação é do secretário da Casa Civil, Luiz Carlos Cicaliotti. Ele explicou que, assim como ocorreu com os novatos no ano passado, serão diminuídas as emendas dos parlamentares que saíram para favorecer os novos.

“Não conversei com o governador Renato Casagrande sobre isso ainda, mas o critério será o mesmo do ano passado”, explicou o secretário, que pretende convocar os parlamentares para uma conversa sobre o tema.

Esmael, empossado recentemente na Assembleia no lugar de Rodrigo Chamoun, disse que ainda está avaliando a notícia. “Só entrei efetivamente aqui na última semana. Ainda estou enten-

dendo como as coisas funcionam e preciso também entender com esse indicativo do governador”.

Já Aparecida, que assumiu no lugar de Wanildo Sarnágia (PTdoB) após recontagem de votos, não atendeu às ligações da reportagem ontem.



KADIDJA FERNANDES - 03/01/2011

CICALIOTTI: regras iguais

Apoio de Dilma vai ser disputado na eleição

A presidente Dilma Rousseff pretende ser discreta no início da campanha, mas não vai desamparar aliados em disputa com a oposição

BRASÍLIA

Com a popularidade em alta, segundo as últimas pesquisas de opinião, a presidente Dilma Rousseff será, nas eleições municipais, um cabo eleitoral disputado pelos aliados, que, distribuídos em 17 partidos, devem formar o maior contingente de candidatos a prefeitos.

Todos os candidatos querem dizer que fazem parte do governo bem avaliado e contar com uma força presidencial em suas campanhas.

Entretanto, a participação de Dilma na campanha eleitoral deverá ser restrita e dosada à medida que o processo for avançando.

Está claro para os governistas que a Presidente não deixará de socorrer algum aliado em disputa direta com a oposição, mas não entrará em campanhas onde houver dois ou mais candidatos da base concorrendo.

Até agora, a Presidente ressaltou que não vai participar da campanha em seu domicílio eleitoral, Porto Alegre, onde, neste momento, há três pré-candidatos de partidos aliados, Manuela D’Ávila (PCdoB), Adão Villaverde (PT) e o prefeito José Fortunati (PDT).

Em São Paulo, onde a base governista se dividirá, pelo menos, entre Fernando Haddad (PT) e Gabriel Chalita (PMDB), os aliados apostam que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no momento apropriado, vai convencer a presidente a pedir votos para o ex-ministro da Educação.



REUTERS

DILMA ROUSSEFF: popularidade em alta e disputa entre aliados

O PMDB de Chalita espera que não. A ideia é ela não ter participação na campanha, não subir em palanque nem gravar.

Ainda mais no primeiro turno da eleição, com a base aliada dividida, afirmou o líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN).

Dilma já conversou sobre a campanha eleitoral com o vice Michel Temer, para tentar fechar um

acordo de neutralidade. Mas a presidente só firmará uma posição sobre as eleições municipais após as convenções partidárias.

Neste momento, a disposição de Dilma, segundo tem dito a interlocutores, é ser discreta no início da campanha, em julho.

Mas é provável que, na reta final do primeiro turno, a Presidente grave alguns depoimentos pedindo votos para aliados.

Estados estão despreparados para Lei da Transparência

SÃO PAULO

A pouco mais de um mês da entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, os governadores de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro não têm pronta nem mesmo a minuta de um decreto que regulamente a nova legislação. Por isso, dificilmente as exigências serão cumpridas até a data-limite, 18 de maio.

Dar conta da classificação de documentos sigilosos e criar uma infraestrutura capaz de atender às novas demandas é o principal desafio nos estados, que criaram grupos para estudar a legislação.

O governo de Minas informou



FOLHAPRESS - 19/08/2011

ALCKMIN vai avaliar proposta

que os canais de comunicação com a população já existentes serão adequados à novidade, mas não acredita que conseguirá viabilizar a classificação dos documentos sigilosos até a data-limite.

Em São Paulo, o processo de classificação está mais avançado, em função do trabalho realizado pelo Arquivo Público do Estado desde os anos 80. A proposta de regulamentação da lei no estado será submetida a análise do governador Geraldo Alckmin.

Já no Rio de Janeiro, a Secretaria estadual da Casa Civil, a Procuradoria Geral do Estado e o Arquivo Público promoveram um seminário sobre a nova lei.